

## Quando o jornalismo interpela: testemunho, pauta e narrativa

*When journalism challenges: testimony, agenda and narrative*

---

### ANA CLÁUDIA PERES

Professora substituta do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Email: [anaclaudia.peres@gmail.com](mailto:anaclaudia.peres@gmail.com)

### MARTA MAIA

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGCOM/UFOP). Atualmente é Bolsista de Pós-Doutorado Sênior do CNPq na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP).

Email: [martamaia@ufop.edu.br](mailto:martamaia@ufop.edu.br)

### RESUMO

Este artigo investiga modos de narrar que tomam partido diante dos acontecimentos. Persegue a hipótese de que a narrativa é o local privilegiado para configurar aquilo que tem início na pauta como uma possibilidade para um jornalismo que se proponha a desnaturalizar violências. Para investigá-la à luz do conceito de experiência, convoca uma reportagem que reúne o testemunho de mulheres Yanomami abusadas sexualmente por garimpeiros. Ao final, propõe um exercício de análise – a partir de alguns operadores sugeridos por Fabiana Moraes (2022) – que funciona como pistas para pensar a prática jornalística testemunhal diante da exigência de novos arranjos narrativos.

**Palavras-Chave:** Narrativa; Pauta; Jornalismo

### ABSTRACT

*This article investigates ways of narrating that take sides in the face of events. It pursues the hypothesis that the narrative is the privileged place to configure what begins in the agenda as a possibility for a journalism that proposes to denaturalize violence. In order to investigate it in the light of the concept of experience, it summons a report that gathers the testimony of Yanomami women sexually abused by gold miners. At the end, it proposes an analysis exercise – based on some operators suggested by Fabiana Moraes – that works as clues to think about testimonial journalistic practice in the face of the demand for new narrative arrangements.*

**Keywords:** Narrative; Agenda; Journalism

## APONTAMENTOS INICIAIS

“Por que os garimpeiros comem as vaginas das mulheres Yanomami?”

Essa é uma pergunta sem resposta. Ao menos, sem uma única resposta. Tem apelo forte para título de uma reportagem, e pode reverberar por muito tempo na mente de quem a lê, pronunciada que foi pela fonte – uma mulher indígena – em sua própria língua, durante uma entrevista, e depois configurada em um texto jornalístico. Aquilo que poderia ser apenas mais uma aspa a serviço de um jornalismo meramente técnico vira ponto de partida (ou de chegada) para um relato publicado na plataforma *Sumaúma* em setembro de 2022 e que aqui nos ajuda a investigar modos de narrar que desestabilizam um jornalismo exausto de tanta informação.

Partimos do pressuposto de que, no jornalismo, devem ser considerados elementos que escapam à técnica e dizem respeito também ao que há de humano e relacional numa prática discursiva também tomada por subjetividades. Sem ferir ou desconsiderar a objetividade no que ela tem de necessária para o campo e que diz respeito essencialmente a procedimentos (checagem de fontes, coleta minuciosa de dados, entrevistas em profundidade, apuração precisa), nossa crítica é dirigida ao que ela guarda de mais nefasto ou à defesa de uma objetividade ilusória afeiçoada por “um modelo de racionalidade binária que dispensa a complexidade cotidiana e silencia milhões” (MORAES, 2022, p. 97).

Este artigo é uma tentativa de diálogo com alguns autores que tensionam essa discussão e com você, leitor. Aqui, tentamos um mergulho desde os meandros da pauta como construtora de significados (PEREIRA JR, 2010; MORAES, 2022) até a sua configuração em uma narrativa que produz sentidos (MEDINA, 2003; RESENDE, 2011). Nossa hipótese é que se a pauta é uma “arma de combate”, como defende Moraes (2022), a narrativa é o local privilegiado para conformar essa disputa. Levamos em conta aqui ainda um “jornalismo de teor testemunhal”, esse que engloba narrativas ligadas ao sofrimento e ao trauma e que carrega uma certa astúcia narrativa ao requisitar experiência e afetividade sem renunciar ao viés informativo do relato (PERES, 2017).

Antes de avançar por nosso percurso argumentativo e que toma ainda o conceito de experiência como basilar para este trabalho, uma advertência: embora excertos da reportagem de *Sumaúma* nos acompanhem por todo o trajeto, é na última parte deste artigo que exercitamos uma análise da narrativa tomando como inspiração uma proposta esboçada por Fabiana Moraes (2022). Em seu mais recente trabalho, a autora evidencia alguns eixos para uma análise que se pretende menos presa a categorias ou ainda a modelos esquemáticos. Recorre então a uma espécie de “reportagem reversa” em que traz à tona bastidores e informações adicionais como forma de expor as reflexões e caminhos utilizados por ela em materiais publicados em um jornal de grande circulação.

Em nosso livre diálogo com Moraes, redefinimos o procedimento metodológico, uma vez que em sua análise a autora esmiúça reportagens de sua autoria e, portanto, tomadas por sua própria experiência, ao passo que neste artigo – até mesmo para colocar à prova nossa hipótese – a análise se dá a partir da experiência narrada, isto é, pelo que nos chega da narrativa de *Sumaúma* por meio daquilo que Frosh e Pinchevski (2009) chamam de “texto testemunhal”.

Nessa reportagem que nos serve de guia, uma repórter, uma antropóloga tradutora e um fotógrafo deslocam-se até uma aldeia indígena, assumindo o desafio de “narrar o inenarrável” de uma experiência radical por meio de testemunhos (AGAMBEN, 2008; SELIGMANN-SILVA, 2008; DIDI-HUBERMAN, 2012). Das entrevistadas, escutam que há algo que elas “temem ainda mais do que a fome e a malária, ainda mais do que crianças vomitando vermes”. Delas, escutam a pergunta que intitula a reportagem e que abre este artigo, denunciando todo o horror que, com a convivência do Estado, foi derramado sobre os Yanomami, na maior terra indígena demarcada no Brasil.

## PAUTA, NARRATIVA, AÇÃO!

A mulher Yanomami senta no banco de madeira, espanta com as mãos os pernilongos que teimam em se aproximar. O longo colar de miçangas amarelas cruza seus seios descobertos e contorna sua barriga de grávida. O filho, de 4 anos, se aninha a ela, que lamenta sua magreza. “A malária comeu ele”, explica. Na floresta invadida e controlada pelo garimpo, crianças como ele morrem da doença depois de dias ou semanas de febre alta e vômitos ininterruptos. A desnutrição é uma realidade há vários anos e tem se agravado em várias aldeias. Nos territórios controlados pela mineração ilegal, pequenos Yanomami vomitam vermes. Os medicamentos demoram a chegar ou não chegam. Então a mulher começa a nos contar sobre o que teme ainda mais do que a fome e a malária, ainda mais do que crianças vomitando vermes. Ela conta sobre o que fazem com suas vaginas (BEDINELLI, *Sumaúma*, 13/11/2022).

O trecho abre a reportagem e funciona como um lead sem o rigor formal das narrativas hegemônicas ao mesmo tempo que dá testemunho de uma experiência que será narrada em breve. A pauta, essa começa bem antes.

Muitas são as definições para aquilo que no jargão jornalístico se convencionou a chamar de “pauta”, uma das primeiras etapas da rotina de produção de uma redação. Se o objetivo for meramente olhá-la de forma instrumental, como algo que apenas auxilia a ação de reportar, há quase um consenso: a pauta jornalística é uma espécie de guia ou roteiro que serve a um só tempo para orientar o trabalho do repórter e facilitar a organização e o gerenciamento das equipes.

É onde tudo começa e que, via de regra, depois de toda a apuração, vai ser formatado em notícia, reportagem, entrevista. Para Nilson Lage (2001), refere-se tanto ao planejamento quanto aos ângulos e recortes pretendidos. Cremilda Medina (2008) chama de “ponto de partida” e há muito nos alerta que a sua gênese é mais enredada do que se imagina à primeira vista. Segundo Luiz Costa Pereira Júnior, a pauta “define o rumo do trabalho, o ângulo, a escolha de uma ou várias nuances do que será apurado, qual o recorte da realidade que a reportagem fará, sob que modo novo será abordada a questão” (2010, p. 79). Em seu esforço para complexificar essa etapa para além de um método de organização, o autor chama a atenção para o fato de que pauta não existe para confirmar algo, mas como uma “dúvida sobre algum aspecto da realidade a ser respondida pelos fatos” (2010, p.79).

Não se trata, portanto, de uma camisa de força a engessar o trabalho do repórter. Por exemplo, na pauta sobre as mulheres Yanomami, tudo era risco. Ainda que os relatórios com números e estatísticas já houvessem sido detalhados em outras matérias de circulação nacional que davam conta de que garimpeiros conduzem práticas ilegais nas terras Yanomami, a pauta proposta por *Sumaúma* era quase uma subversão. Além dos perigos inerentes ao assunto – poder e dinheiro, violência e trauma –, havia a delicadeza de lidar com aquele que era sintoma de uma catástrofe humanitária com todo o rigor ético e o cuidado inerentes ao fazer jornalístico.

Importantes em muitos casos, conceituações como as que expusemos acima não devem se limitar a definir ou enclausurar uma ideia, sob pena de se tornarem reducionistas. Muito tempo vista como um procedimento técnico, a pauta como conceito estendido vem sendo problematizada em estudos recentes no país (HENN, 1996; LEAL, 2018), mas se torna ainda mais ampliada a partir de uma visada que Fabiana Moraes oferece. Em um sobrevoo reflexivo sobre o tema, a autora propõe a pauta como uma “arma de combate”, que pode servir “para ir de encontro a uma desumanização também alimentada pelo próprio jornalismo. É uma tecnologia à disposição de um agir” (MORAES, 2022, p. 10).

Toda pauta, propõe Moraes (2022, p. 197), “organiza e desorganiza visibilidades”, “hierarquiza e deshierarquiza vozes e representações”, “estrutura e desestrutura discursos”. Dessa maneira, a autora evidencia o que os defensores de uma pretensa imprensa neutra e imparcial insistem em jogar para debaixo do tapete. Ou seja, toda pauta carrega em si a potência para desnaturalizar violências – bem como para seu inverso. Em um jornalismo que se pretende mais dialógico, a pauta é “uma possibilidade de restauração de humanidades que historicamente arranhamos, desconsideramos ou assassinamos enquanto imprensa” (MORAES, 2022, p. 198).

Nestes casos, torna-se mais relevante pensar em que perguntas são feitas e no que elas desvelam para além do que já é sabido. Na reportagem que nos guia: como seria possível que homens do garimpo violassem, além dos rios e das florestas, os corpos de mulheres e

crianças? Por que garimpeiros expulsaram equipes de saúde e transformaram aldeias indígenas em depósitos de combustível para suas aeronaves? O que faz o Estado brasileiro diante desses acontecimentos? Quem são as meninas que, nem bem menstruaram, foram aliciadas para que garimpeiros pudessem abusá-las em prostíbulos montados nos acampamentos? O que esse drama individual nos diz sobre um coletivo? Como é possível acordar sabendo que isso existe? O que queremos saber? Quem ouvir? O que faz *Sumaúma* é construir uma pauta que não se limita a repetir os fatos. Antes, indaga sobre o motivo de eles existirem da forma que existem.

Ao elencar a pauta como a “coluna vertebral” desse fazer jornalístico, Moraes lhe credita um lugar poderoso – na sua opinião, o mais privilegiado – para dar um passo além no sentido de superar um jornalismo que desumaniza em favor de um jornalismo que se posiciona. Mas não é menos verdade que o modo como a pauta é endereçada ao leitor/público em um texto fará toda a diferença na busca de um jornalismo que interpela e se preocupa com o Outro, um jornalismo que também se transforma enquanto dá a ver as desigualdades para além dos estigmas.

Sendo assim, sugerimos: se a pauta é a “coluna vertebral”, a narrativa é o corpo desse fazer jornalístico que se importa. Não são raras as vezes em que as boas intenções de uma pauta desaparecem no resultado oferecido ao público/leitor incorrendo nos mesmos equívocos que aqui problematizamos: numas vezes emolduradas em narrativas carregadas de clichês, preconceituosas, repletas de sensacionalismo; noutras, aprisionadas em relatos burocráticos que não dão conta da complexidade do percurso desde a concepção da própria pauta.

Há que se enfrentar, portanto, o problema da narrativa, entendendo essa também como uma tecnologia a serviço de um agir, uma narrativa que também é ação, por assim dizer. Resende (2011) propõe a narrativa como lugar de relação e de produção de conhecimento que, em suas instâncias enunciativas, contribui para o nosso modo de ver o mundo. Para ele, atribuir à narrativa “um caráter menos tomado pelo senso comum que a entende de uma perspectiva conteudística apenas como sendo a história contada” (RESENDE, no prelo) é fundamental; também um desafio para o campo do jornalismo.

Significa dizer que há algo no modo como contamos as histórias que nasce na pauta, passa pela execução dessa pauta em uma apuração rigorosa e se materializa na narrativa. Tudo aquilo que uma como essa efetuada por *Sumaúma* nos oferece como alternativa, no sentido de desconstruir estigmas, valorizar as diferenças e falar com os grupos sociais invisibilizados, precisa ser considerado no momento da narrativa – algo que, por óbvio que pareça, nem sempre ocorre. Assim, quando a repórter que escreve sobre a violação dos corpos de mulheres Yanomami nos conta no texto que não sabe por onde começar a responder à pergunta dolorosa feita pela entrevistada no momento da entrevista, isso é pauta se desdobrando em uma narrativa-ação. Quando ela narra o pedido que fizeram a outro grupo de mulheres – para que desenhassem “o

que escutam, veem, sofrem” – e exhibe o resultado impressionante desses desenhos, isso é tomar uma posição diante dos fatos e desvelar a pauta para que o leitor a acesse pela narrativa.

Outra vez, voltando ao exercício de diálogo com o que nos diz Fabiana Moraes, o que se pretende aqui é investigar a maneira como uma pauta se configura em uma narrativa de modo que essa narrativa seja, pela forma como reage aos dogmas do jornalismo contemporâneo, uma maneira de nos fazer vislumbrar no caos “alguma esperança do ato emancipatório”, como pretende Cremilda Medina (2003, p. 49).

A pauta só se completa na narrativa. E vice-versa. É o que tentaremos demonstrar na análise que faremos mais adiante. Mas, antes, nos permitam um parêntese argumentativo essencial para nosso percurso e que diz respeito ao modo como compartilhamos a experiência.

## ■ A EXPERIÊNCIA COMPARTILHADA

Durante a execução da pauta, a equipe de *Sumaúma* leva ainda um outro grupo de mulheres para um sítio próximo de Boa Vista. Atendendo a um pedido da reportagem, elas desenharam a sua interpretação pessoal de como o garimpo afeta o cotidiano. Nesses desenhos, dão testemunho do que vivem. Imagens fálicas e rascunhos de pênis gigantes são então sobrepostas às fotografias que o fotógrafo Pablo Albarenga fez das indígenas tomando o cuidado de lhes ocultar os rostos. Somadas às declarações dadas nas entrevistas, temos na narrativa um “texto testemunhal”, no sentido pretendido por Frosh e Pinchevski (2009), aquele que leva o público/leitor a experimentar o acontecimento e crer no que lhe é narrado.

Mas afinal, o compartilhamento da experiência é possível?

Ao refletir sobre o papel desempenhado pela tripla mimesis, em que o que já está simbolizado pela prática adquire sua configuração pela temporalidade exposta e sua reconfiguração por meio dos leitores, Paul Ricoeur estabelece uma relação direta entre a composição da intriga e a experiência. Para que a narrativa possa ser configurada é preciso que exista um agenciamento dos fatos (RICOEUR, 2010a) por meio da intriga.

É nesse sentido que a dupla relação entre regras de composição da intriga e termos de ação constitui ao mesmo tempo uma relação de pressuposição e uma relação de transformação. Compreender uma história é compreender ao mesmo tempo a linguagem do “fazer” e a tradição cultural da qual procede a tipologia das intrigas (RICOEUR, 2010a, p. 100).

Em “Por que os garimpeiros comem as vaginas das mulheres Yanomami?”, ao mesmo tempo em que acompanhamos as histórias contadas na reportagem, somos implicados pela urgência daquilo que é narrado, testemunhando tanto a dor e o trauma a que as indígenas são submetidas – e que nos chega pela narrativa – quanto a relação que se estabelece entre elas e a equipe de reportagem – e que também nos é dada a ver pela narrativa.

Podemos recorrer aos questionamentos de Paul Ricoeur (1991) sobre uma possível teoria da ação, ao pensar como os agentes intervêm no mundo e quais os possíveis desdobramentos dessa intervenção. O filósofo escreve sobre a potência do agir na perspectiva da iniciativa, definida por ele como “uma intervenção do agente da ação no curso do mundo” (1991, p. 133), o que provocará mudanças efetivamente. Segundo o argumento de Ricoeur, retomado na obra “Tempo e narrativa” (2010), as **ações remetem a motivações, mas também aos agentes**, e esse caráter acional está sempre em relação com outros (seja de maneira cooperativa ou competitiva).

François Dosse (2017) nos auxilia a compreender qual o lugar conferido ao sujeito por Paul Ricoeur a partir da mesmidade e da ipseidade. Se no primeiro caso acompanhamos o caráter imutável do sujeito, conferimos, na ipseidade, a temporalidade atravessada pela própria experiência. Sugerimos pensar na relação estrita do “si-mesmo como um outro”, expressão que proporciona o título à obra de Paul Ricoeur (1991), na perspectiva relacional da hermenêutica pretendida pelo autor. Nessa reportagem, temos uma narrativa que não se limita a “transmitir” determinados acontecimentos e/ou fenômenos, mas que, utilizando estratégias diversas como veremos no tópico seguinte, aciona informação, experiência, contexto e análise que nos convidam à cumplicidade.

Compreender as narrativas jornalísticas como espaços de mediações discursivas que podem, como no caso aqui tratado, reverberar vozes de pessoas e grupos marginalizados, nos ajuda a entender a sua relação com a experiência humana, afinal “narrar é um caminho possível para dar forma à experiência humana coletiva e individual, para organizá-la, respeitando a sua multiplicidade e multidimensionalidade. É também um modo de fazer com que essa experiência seja compartilhável” (LEAL, 2022, p. 34).

Paul Ricoeur (2010a) ainda nos alerta que a narrativa não acontece de maneira aleatória, mas está relacionada à temporalidade que se sustenta na própria experiência humana: “o tempo torna-se humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plênaria quando se torna uma condição da existência temporal” (2010a, p. 93).

Isto é, o tempo não existe de maneira absoluta e só pode ser pensado a partir da narrativa, que se apresenta como um mecanismo operacional capaz de dispor acontecimentos de maneira temporal com o objetivo de criar significações. O que nos leva ao caráter mediador da intriga que, para o autor, tem o poder de integrar acontecimentos dispersos e temporalidades outras em um

modelo de concordância discordante, possibilitando assim uma reconfiguração da experiência a partir da própria intriga.

Ao realizar uma espécie de mapeamento das inúmeras situações enfrentadas pelas indígenas na Amazônia, *Sumáuma* consegue configurar acontecimentos que se encontravam dispersos na enorme região cartografada revelando assim um aparente paradoxo da intriga que inverte o efeito da “contingência, no sentido daquilo que poderia acontecer de outro modo ou absolutamente não acontecer, incorporando-o de algum modo ao efeito de necessidade ou de probabilidade, exercido pelo ato configurante” (RICOEUR, 1991, p. 170). Esse fazer jornalístico, amparado em testemunhos e também em vestígios, sugere posicionamentos que perpassam a pauta, a captação, a edição e a recepção e que vão além daquilo que o campo convencionou chamar de jornalismo-espelho, mantendo uma relação direta com a experiência e com os possíveis que essas narrativas comportam. É o que tentaremos examinar na análise a seguir.

## ■ UMA ANÁLISE POSSÍVEL

Na última parte do livro “A pauta é uma arma de combate”, Fabiana Moraes (2022) aciona três reportagens de sua autoria publicadas no *Jornal do Comercio* (“A vida é Nelson”, “Ave Maria” e “Casa-Grande & Senzala”) e se propõe a refletir sobre elas à luz de um bem elaborado percurso teórico. Para tanto, recorre a alguns eixos norteadores: tema; pauta; análise/conceito; pré-apuração; desenvolvimento; formatação; e, por fim, autocrítica. Em sua análise, a autora não pretende criar uma ferramenta utilitária para aplicação em esquemas rígidos. Tampouco este trabalho.

Nesta reta final, tomamos de empréstimo alguns desses operadores sugeridos por Moraes (2022) para discutir como o jornalismo configura uma narrativa que teve início na pauta. Aqui, trabalharemos com os seguintes operadores: a) Tema; b) Pauta; c) Conceito; d) Apuração/Desenvolvimento; e) Formatação/Narrativa. No caso de Moraes, a repórter fala em nome de uma experiência própria, recorrendo a bastidores e outras inflexões num exercício de prática reflexiva. Esse é um expediente comum em livros-reportagem ou mesmo nos “livros de repórter”, quando jornalistas-autores acionam um movimento de investigação sobre sua produção e sobre o fazer jornalístico (MAROCCO, 2011).

Mas no caso deste artigo, nossa análise se dá a partir daquilo que nos chega pela narrativa, isto é, acessamos a experiência que se narra, olhamos para as marcas localizadas na própria

narrativa de *Sumáuma* e não para materiais publicados a posteriori ou como adendos da reportagem em produtos à parte. Nossa tentativa de análise se dá a partir do que a narrativa nos oferece em seu arcabouço final, forma e conteúdo endereçados ao público no momento da leitura, nos acionando também como testemunhas:

- 1) Tema: O garimpo em terras Yanomami.
- 2) Pauta: O testemunho de mulheres Yanomami sobre a violência sexual que lhes fora imposta por garimpeiros na região.
- 3) Conceito: Em abril de 2022, foram divulgados relatórios que denunciavam a violência sexual praticada contra mulheres Yanomami. Palavras como assédio, aliciamento, abuso, estupro apareceram estampadas em manchetes de jornal e utilizadas em reportagens que reproduziam números e relatos divulgados pela Hutukara Associação Yanomami. De posse dessas denúncias, a equipe de *Sumáuma* começou a preparar a reportagem que marcaria a sua estreia.

As fontes não seriam prioritariamente as oficiais; o destaque não iria recair sobre analistas, pesquisadores, estudiosos da causa indígena; e a reportagem não se limitaria a recolher dados, estatísticas e outros números, por impactantes que fossem, obtidos por exemplo junto a ferramentas como a Lei de Acesso à Informação. Embora informações decorrentes dessas fontes viessem a constar na matéria, em parágrafos detalhadamente estruturados como manda o figurino de uma bem apurada reportagem, a proposta aqui era escutar as mulheres Yanomami diretamente afetadas pela situação catastrófica – aquelas cujas vozes estão cada vez mais silenciadas.

Assim é que, ao nos depararmos com a narrativa publicada, ficamos a par de todo um percurso. O leitor saberá, por exemplo, que é muito difícil alcançar as regiões dominadas pelo garimpo – “porque os criminosos controlam não só o, chão, mas também o ar” – e que por conta disso seria necessário colocar em curso uma complexa operação de jornalismo em território de guerra, “uma guerra cujas forças são tão desproporcionais que a palavra mais exata seria massacre”, nos conta por meio do texto publicado a repórter Talita Bedinelli, reconfigurando pela linguagem uma experiência vivida.

Ficamos sabendo ainda que as mulheres tiveram que ser retiradas de avião de seus territórios e conduzidas até uma região liderada pelo xamã Davi Kopenawa. Que, para isso, contaram com o apoio do Instituto Socioambiental (ISA). E que a indigenista e antropóloga, Ana Maria Machado – uma das poucas tradutoras de uma das seis línguas faladas pelos Yanomami – havia sido convidada para acompanhar a repórter e o fotógrafo na reportagem. “Foi incluída à equipe porque buscamos a palavra exata e queremos compreender o que vive o povo Yanomami

em seus próprios termos”, nos avisa a jornalista que narra. Eles contariam ainda com o apoio da artista Ehuana Yaira Yanomami, que ajudou na tradução de outras línguas Yanomami.

Assim é que, tomada por uma lógica não-binária, a narrativa promove rupturas tanto no sentido de oferecer outros modos de ver o mundo, desnaturalizando aquilo que está enraizado, quanto com a estrutura do jornalismo tradicional, objetivo, cartesiano, e que é também, como propõe Márcia Veiga (2014), masculinista. Ao explicitar as inúmeras violências de gênero às quais as mulheres Yanomami são submetidas por meio de uma narrativa desobediente, a reportagem de *Sumaúma* se contrapõe ainda a outras narrativas que cobrem o garimpo e indígenas por uma ótica masculina. Em mais de um momento, como estamos verificando aqui, numa estratégia muito pouco usual nas práticas de um jornalismo hegemônico, a repórter nos interpela pela “narrativa-ação” que formata essa pauta.

- 4) Apuração/Desenvolvimento: Durante a apuração, a jornalista não presencia – ou não testemunha, no sentido pretendido pelo modelo de testemunho pleiteado por um tipo de jornalismo – o momento exato em que garimpeiros avançam sobre os corpos das mulheres. Mas reconstitui cada episódio por meio de um “texto testemunhal” que nos leva a crer naquilo que nos é narrado.

Em março, uma centena deles se aproximou da aldeia dessa mulher Yanomami em busca de ouro. As seis balsas se instalaram a uma hora de sua casa. Um jovem da comunidade foi com a esposa até o garimpo. De olho em sua companheira, um grupo de garimpeiros o estimulou a beber até que o homem caiu desacordado no chão. “Ele estava bêbado, caído, por isso comeram a vagina dela”, conta a mulher. E os estupros seguiram. Uma adolescente de 17 anos foi atraída a uma das balsas por outro jovem indígena que atuava como barqueiro para os criminosos. “Ele disse pra ela: ‘vamos conseguir uma espingarda para o seu pai [caçar], eu quero pegar um motor [de barco]!’”. Ao chegarem lá, deram cachaça à menina. E seu corpo foi violado por um homem. E depois por outro. E mais outro. “Foi um tanto assim [de gente]”, diz ela, sinalizando com as mãos uma quantidade que não sabe precisar (BEDINELLI, *Sumaúma*, 13/11/2022).

Para este artigo, testemunho não deve ser considerado aquilo que carrega a verdade integral no sentido a que o jornalismo se prende a todo custo e que lhe confere autoridade pelo fato de estar presente. Em vez disso, testemunho deve ser visto, como pretende Frosh, como “um ato imaginativo de construção da experiência que, no entanto, permanece no aqui e agora do discurso” (2009, p. 59). Nesta narrativa que nos conduz pelos meandros da apuração, nos sentimos um pouco como um observador que participa do processo, também uma testemunha dos acontecimentos narrados. Porque o efeito de presença foi construído discursivamente e porque a forma como o texto é narrado abre espaço para que experimentemos um acontecimento no momento em que temos acesso a ele (PERES, 2017).

Ao compartilhar com o leitor os limites e obstáculos de uma pauta que se torna ainda mais arriscada à medida que acontece, a narrativa faz do leitor também uma testemunha. Vejamos:

“Já não é mais possível alcançarmos sua casa sem corrermos risco de morte. O domínio dos garimpeiros já se estendeu até lá e a entrada é controlada. Em cada região que planejamos chegar, pessoas que Ana Maria conhece há mais de uma década avisam que, se entrarmos, poderemos não sair” (BEDINELLI, *Sumaúma*, 13/11/2022).

A mesma estratégia é utilizada quando o texto não hesita em compartilhar as soluções encontradas pela equipe para contornar dilemas. E aqui é muito importante falar sobre a produção de imagens – embora elas não sejam objeto de análise deste trabalho. Ainda durante a apuração, para documentar a realidade dramática do território Yanomami em imagens sem expor as mulheres que estão dando entrevistas, e que depois terão de voltar ao território controlado pelos criminosos, a narrativa nos conta que a saída foi mesclar as fotos das entrevistadas com desenhos que elas produziam a pedido da reportagem.

A repórter então nos conta o que nós, leitores, estamos vendo e nos causam impacto quando acessamos a página de *Sumaúma*: “Cada foto desta reportagem associa uma mulher à sua interpretação pessoal de como o garimpo a afeta. Esta é a imagem que elas revelam ao mundo com o rosto que precisam ocultar”. O efeito é surpreendente e funciona ainda como mais uma maneira de ouvir os seus gritos.

Uma delas usa uma camiseta branca velha e uma saia curta preta. Em sua casa se veste sempre com uma tanga de lã e miçangas adornando o corpo, mas nesse momento está em tratamento médico na cidade. Faz questão de tingir seu rosto com cinco listras vermelhas feitas com uma pasta de urucum minutos antes de dar entrevista. Sabe que sua imagem não poderá ser mostrada, mas com o ritual ela se apropria do que é. A tinta do fruto amazônico é usada pelas mulheres da floresta para se enfeitar, perfumar e também como protetor solar. Depois de pronta, ela faz o desenho que abre esta reportagem, os pênis desproporcionais que ela estampa deixam o lugar dos pesadelos e migram para o papel (BEDINELLI, *Sumaúma*, 13/11/2022).

Ao final, há uma única fotografia em que as mulheres expõem o rosto. Nessa, podemos ver Ehuana, a artista plástica, e suas duas irmãs que habitam o território ainda seguro. Ehuana ainda pode. A aldeia Demini, onde elas vivem, é um dos últimos locais da floresta não alcançado pelo garimpo.

Todas essas marcas que emergem da reportagem em estratégias narrativas nos convocam a participar, nos tornam testemunhas de uma experiência. Vale ressaltar que a existência dessas marcas mais autorais, subjetivas e que dão conta da relação que se passou entre equipe de reportagem e as mulheres entrevistadas não significa excluir da narrativa outras marcas de ordem meramente objetiva. Pelo texto, também temos acesso aos dados e as respostas oficiais. Fundação Nacional do Índio (Funai), o Ministério da Defesa, as Forças Armadas e ainda o Ministério

da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, à época sob a gestão da ministra Damares Alves, também se manifestam, ainda que por meio de nota.

- 5) 5) Formatação/Narrativa: No livro de Fabiana Moraes que nos inspira nesta análise, a autora não pontua a narrativa nominalmente como um dos eixos de sua leitura crítica, algo que, para os propósitos deste artigo, é fundamental. Mas como ela própria alerta para o fato de que sua análise não tem qualquer intenção de servir como guia em sentido estrito, mas antes “abrir processos”, sentimo-nos à vontade para incluir a narrativa explicitamente como um operador. Aqui, ele aparece lado a lado com o item formatação, sugerido por Fabiana, uma vez que essas categorias não são estáticas e estão intimamente relacionadas.

O material coletado pela equipe marca a estreia de *Sumaúma* – Jornalismo do Centro do Mundo. Em sua forma final, ao texto da reportagem principal que evidencia as marcas de uma experiência vivenciada entre equipe de reportagem e mulheres Yanomami, somam-se as fotografias-intervenção, um texto secundário com a posição das autoridades e imagens de satélite que expõem a devastação do território. Complementam o material um texto assinado por Davi Kopenawa, xamã e intelectual Yanomami, e o editorial assinado pela jornalista Eliane Brum, uma das fundadoras de *Sumaúma*.

Em tese ou numa imprensa hegemônica, espaços como o editorial e o artigo seriam o local preferencial para abrigar elementos de ordem mais subjetiva, no entanto, aqui, é a reportagem em si que nos serve ao exercício de análise. Nessa narrativa, além das marcas que transparecem um percurso, há um texto final que complementa a ideia da pauta justamente ao valorizar os detalhes, capturar diálogos, dar a ver os silêncios, os sussurros, as onomatopeias, e que deixam o leitor cada vez mais próximo dos sujeitos que falam.

Quando a repórter nos diz que uma mulher da região de Hakoma cruza os braços na frente do tórax, “fecha as pálpebras com força e chacoalha o corpo inteiro” para explicar a febre de mais de 40 graus que teve ao contrair malária, ou ainda que, de sua casa, ela escuta o barulho das máquinas de extração de ouro que trabalham na floresta com um “pó-pó-pó-pó-pó-pó-pó” ininterrupto que não para nem quando a noite chega, está oferecendo ao leitor não apenas o resultado de uma entrevista formal realizada em campo. Nesse diálogo, que teve início na apuração e se dilata no tempo, o texto solta as rédeas de uma razão instrumental em nome de uma relação com o Outro, a despeito de todas as diferenças entre os sujeitos envolvidos no processo narrativo.

Como vimos tentando demonstrar, essas evidências estão por todo o texto:

Uma das mulheres que entrevistamos é ainda uma menina. Seu par de chinelos cor-de-rosa é tamanho 30, usado por crianças de seis anos com a estatura esperada para a idade. Ela tem 18 anos, mas mede menos de 1,20 metro e fala tão baixo que por vezes é impossível entendê-la. Está em Boa Vista, mas não lembra como chegou à cidade.

(...)

A menina morava em um garimpo ilegal, próximo à sua aldeia, e dormia com outras três garotas Yanomami, duas de 14, e uma de 13 anos, na varanda de uma casa de madeira. Diz que era um “prostíbulo”. Convencida por um jovem de sua comunidade a fugir de casa junto a uma prima, conta que ficava ali por comida. Sua meia irmã, de 14 anos, já tinha sido levada antes dela. Fazia sexo com os invasores em troca de arroz, bolacha, macarrão e açúcar.

(...)

Agarrada a um pirulito cor-de-rosa, a pequena Yanomami não admite se prostituir, apenas afirma que as outras se prostituíam. Não faz ideia de que preservativos existem. Outra mulher, da região do Parima, conta que as mais jovens acabam sendo as principais vítimas dos invasores: “os garimpeiros gostam de transar com as meninas, não é com mulheres adultas, são as pequenas. É assim que eles fazem (BEDINELLI, *Sumatúma*, 13/11/2022).

Longe do “decalque técnico” e da “pirotecnia da fórmula”, como nos lembra Pereira Júnior (2010), narrativas que tomam uma posição diante dos fatos e da vida, nos mostram a necessidade de ler o presente multifacetado e de ver além daquilo que é exposto à primeira vista. Ao olhar para a narrativa formatada com tudo o que destacamos até aqui, entendemos que ela se distancia daquelas que desumanizam e se aproximam de um jornalismo mais afinado com os novos arranjos exigidos no contemporâneo – isso se esperamos do jornalismo mais do que o relatório de um fato, declarações enfadonhas ou ainda a mera repetição de estigmas contra populações historicamente invisibilizadas.

## UM BREVE DESFECHO

Quantas marcas cabem em uma narrativa? Quantos jornalisimos cabem no jornalismo? Nesta análise, em diálogo com a instigante prática reflexiva de Fabiana Moraes, procuramos demonstrar a potência da narrativa para despertar alteridades. Entre o horror da experiência e a experiência narrada, há um jornalismo de teor testemunhal que narra também com os rastros e vestígios. Não para explicar o inexplicável, mas para organizar a desordem e produzir sentidos, como bem nos lembra Medina (2006) – e afinal não é este o propósito da narrativa como elaborado por Ricoeur (2010a)?

Somos então afetados pelo “texto testemunhal” ao experimentar o acontecimento por meio da narrativa jornalística, que consegue agenciar os relatos e os fatos que antes encontravam-se dispersos. Esse texto acional, que se posiciona de maneira evidente, nos torna então testemunhas daquilo que está sendo narrado, assinalando o caráter compartilhável da experiência.

Assim, provocados pelo que propõe Fabiana Moraes em torno da pauta, esboçamos uma análise da narrativa “Por que os garimpeiros comem as vaginas das mulheres Yanomami?” não para funcionar como um modelo, mas para observar o que a narrativa nos conta. Nesse diálogo, sugerimos a possibilidade de pensar a narrativa como uma contrapartida – entendendo o termo em seu duplo sentido: em sua concepção literal, como sendo aquilo que complementa a pauta, mas também como o reverso da partida e, portanto, o desfecho da pauta com todos os percalços do caminho.

Por outras palavras, do mesmo modo que a pauta nos é oferecida como uma arma para combater o bom combate no contexto de um jornalismo cristalizado, a narrativa que não se prende a modelos esquemáticos – seja apenas respondendo aos artifícios retóricos de uma técnica seja escondendo-se sob o manto da objetividade – é também ela um artifício para evidenciar outras possibilidades para o jornalismo.

Por que os garimpeiros comem as vaginas das mulheres Yanomami? Essa é uma pergunta que, assim como as indígenas, o jornalismo deve continuar a se fazer. Mesmo que para ela não haja resposta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

BENDINELLI, Thais. *Por que os garimpeiros comem as vaginas das mulheres Yanomami?* *Sumaúma*, 13 de setembro de 2022. Disponível em: <https://sumauma.com/por-que-os-garimpeiros-comem-as-vaginas-das-mulheres-yanomami/> Acesso em: set 2023.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*. Lisboa: KKYM, 2012.

DOSSE, François. *Paul Ricoeur: os sentidos de uma vida (1913-2005)*. São Paulo: LiberArs, 2017.

FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit. Introduction: why media witnessing? Why now? In: *Media witnessing*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009

LEAL, Bruno S. *Introdução às narrativas jornalísticas*. Porto Alegre: Sulina, 2022.

- LAGE, Nilson. *A reportagem*. Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.
- MAROCCO, Beatriz. Os “livros de repórteres”, o “comentário” e as práticas jornalísticas. *Contracampo*, Niterói, v. 22, p. 116-129, 2011.
- MEDINA, Cremilda. *A arte de tecer o presente*. São Paulo: Summus Editorial, 2003.
- MEDINA, Cremilda. *O signo da relação*. São Paulo: Paulus, 2006.
- MEDINA, Cremilda. *Entrevista: o diálogo possível*. São Paulo: Ática, 2008.
- MORAES, Fabiana. *O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.
- MORAES, Fabiana. *A pauta é uma arma de combate*. Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre. Arquipélago Editorial, 2022.
- PEREIRA JR, Luiz Costa. *A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa*. Petrópolis, Vozes, 2010.
- PERES, Ana Cláudia. O que resta dos fatos: testemunho e guinada afetiva no jornalismo. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ. 2017
- RESENDE, Fernando. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: GISLENE, Silva et al (Org). *Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas*. Salvador: Edufba; Brasília: Livro Compós, 2011.
- RESENDE, Fernando. *Ricoeur e sua filosofia sem absoluto: o que acontece apesar de tudo na interseção? No prelo*.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa: A intriga e a narrativa histórica*. V. 1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.
- RICOEUR, Paul. *O si mesmo como um outro*. Campinas: Papyrus, 1991.
- SELIGMANN-SILVA. *Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. Revista de Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.
- VEIGA, Márcia. *Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias*. Florianópolis: Insular, 2014.